



PLANO DE DESENVOLVIMENTO

UNIDADE I – 1º BIMESTRE



Objetos de conhecimento e habilidades

A **unidade I** se insere na unidade temática O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX, da **Base Nacional Comum Curricular**. No **capítulo 1**, exploram-se o processo que resultou na queda da Monarquia e na ascensão da República, assim como o período conhecido como República da Espada.

O **capítulo 2** trata da chamada Primeira República, destacando a relação entre as oligarquias locais e estaduais para formar a política dos governadores. Além disso, trata dos movimentos da economia, observando o desenvolvimento industrial, as reformas urbanas, a imigração, os movimentos de contestação e rebeliões, e o modernismo.

O **capítulo 3** discorre sobre a sucessão de fatores que culminaram na chegada de Getúlio Vargas ao poder, analisando o movimento tenentista, com destaque para a Coluna Prestes. O capítulo versa sobre o Governo Provisório, o governo constitucional de Vargas, o Estado Novo e seu fim, destacando os movimentos de resistência e a repressão governamental.

Finalizando, o **capítulo 4** aborda os movimentos sociais de negros, indígenas e mulheres, em distintos momentos da História do Brasil, e as suas lutas por direitos.

CAPÍTULOS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
1	Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo. A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos.	(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil. (EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.

2	Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo. A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos.	(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.
	Primeira República e suas características. Contestações e dinâmicas da vida cultural no Brasil entre 1900 e 1930.	(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e seus impactos na região em que vive.
3	O período varguista e suas contradições. A emergência da vida urbana e a segregação espacial. O trabalhismo e seu protagonismo político.	(EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).
4	A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição. Os movimentos sociais e a imprensa negra; a cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações.	(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados. (EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.
	A questão indígena durante a República (até 1964).	(EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes.
	Anarquismo e protagonismo	(EF09HI08) Identificar as transformações

	feminino.	ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.
--	-----------	---



Gestão da sala de aula e práticas pedagógicas

Para iniciar os estudos do **capítulo 1**, sugere-se que os alunos reflitam sobre o que é a República, a partir de questionamentos mais próximos de suas experiências, fazendo perguntas como: “Vocês sabem por que o dia 15 de novembro é feriado?” “O que ocorreu de importante na História do Brasil nesse dia?” “Em qual ano?”. De acordo com as respostas, construir progressivamente um conjunto de ideias relacionadas à República, como suas características, suas diferenças em relação à monarquia, o contexto histórico de seu surgimento etc. Desse modo, buscam-se articular os conhecimentos prévios dos alunos com o objeto a ser estudado: a Proclamação da República e seus desdobramentos.

Como estratégia de encaminhamento para o momento seguinte, propõe-se apresentar aos alunos de que maneira ocorreu o processo que culminou na Proclamação da República, isto é, os seus antecedentes. Nesse sentido, sugere-se fazer uma discussão com o grupo abordando os tópicos explorados no livro do aluno: abolição da escravidão, Questão religiosa, Questão militar e o positivismo. Pode ajudar no estudo desses temas a apresentação de diferentes fontes históricas, como textos historiográficos, charges e tabelas, ressaltando alguns procedimentos do trabalho do historiador, como a leitura e o cruzamento de fontes históricas. Algumas dessas fontes estão presentes no livro do aluno, o que pode facilitar o estudo.

Para compreenderem o processo que conduziu à República, os alunos serão orientados a perceber os significados de monarquia, de república e de federalismo, conceitos-chaves no estudo do capítulo, e incentivados a identificar as questões que envolvem a Igreja e o Exército, bem como suas relações com o Império, razões para o enfraquecimento da Monarquia. No que se refere à questão militar, é importante destacar que, segundo a tese defendida recentemente pelo historiador Celso Castro, a proclamação da República foi um golpe organizado e executado por militares.

Ressaltar o lema positivista inscrito na bandeira do Brasil e, então, auxiliar os alunos a construir uma ideia sobre o que é o positivismo, sublinhando a afirmação de que, para os positivistas, a República é um regime mais “científico” que a Monarquia e, portanto, mais adequado ao progresso do Brasil.

É importante que os alunos percebam a influência do positivismo entre os militares e a importância do papel do líder da mocidade militar, o Major Benjamin Constant, um dos principais divulgadores dessas ideias no Brasil. O positivismo pode ser entendido como um conjunto de ideias organizadas pelo filósofo e fundador da sociologia, o francês Auguste Comte, tendo como base a crença radical no pensamento científico e racional como único caminho para descobrir as leis que regem a história das sociedades humanas. Comte acreditava que a sociedade, assim como a natureza, é regida por leis gerais e, descobrindo-as, seria possível compreender não só o seu funcionamento, mas prever e solucionar problemas sociais.

Destacar para os alunos a importância de explicar um fenômeno histórico por um conjunto de fatores relacionados, e não por um único fator. Assim, o objetivo do capítulo é de iluminar os múltiplos fatores e grupos sociais envolvidos no processo que conduziu o país à República.

No governo de Deodoro da Fonseca merecem destaque a crise decorrente da reforma financeira promovida por Rui Barbosa, apelidada por seus adversários de Encilhamento, e a aprovação da Primeira Constituição da República, em 1891. Em relação à constituição, sugere-se retomar e aprofundar a noção de federalismo, as províncias passaram a ter autonomia, a substituição do voto baseado na renda pelo voto universal masculino e os mecanismos que excluíram a maioria da população do direito ao voto.

Os alunos podem ser incentivados a comparar a questão do voto na Constituição Republicana de 1891 e durante o Império.

Sugere-se indagar aos alunos por que, inicialmente, o Brasil teve como chefe do poder Executivo dois militares, os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e de que maneira eles costumam ser retratados. Essa abordagem facilita compreender a razão pela qual esse período ficou conhecido como República da Espada. É válido acrescentar que os deputados Constituintes elegeram indiretamente o marechal Deodoro da Fonseca como presidente e o marechal Floriano Peixoto como vice-presidente, destacando que Floriano era da chapa de oposição a Deodoro, grupo que o responsabilizou pela crise financeira e aprovou uma proposta que limitava seu poder.

Deodoro reagiu a isto fechando o Congresso, fato que levou os militares da Marinha a exigirem sua renúncia, dando início à Primeira Revolta da Armada. Sem opção, Deodoro renunciou e Floriano assumiu o poder, tendo pela frente a Segunda Revolta da Armada e uma guerra civil no sul do país, a Revolução Federalista, ambas esmagadas com violência, daí a alcunha Marechal de Ferro. Sobre a os primeiros anos da República sugere-se a realização da **1ª sequência didática**.

Na gestão de Floriano Peixoto mencionar a obtenção de empréstimos dos cafeicultores paulistas para custear a repressão à Segunda Revolta da Armada e a adesão popular ao seu governo, fenômeno conhecido como “florianismo”. Para ampliar o conhecimento desta análise sugerimos a leitura de **O Progresso da Ordem: o florianismo e a construção da República**, do historiador Lincoln de Abreu Penna (ver seção **Fontes**).

O trabalho com o capítulo pode ser finalizado destacando a passagem do poder para Prudente de Moraes e promovendo uma reflexão acerca do modelo autoritário e excludente de República que se impunha ao país.

Pode-se iniciar o **capítulo 2** retomando e aprofundando o conceito de oligarquia e trabalhando dois conceitos-chave para o entendimento da política na Primeira República: o coronelismo, que abriga a troca de favores e o voto de cabresto, e a política dos governadores. Sobre o coronelismo há um interessante debate historiográfico que pode ser explorado: para alguns historiadores, o coronelismo é um fenômeno delimitado no tempo e no espaço; para outros, é um fenômeno que sobreviveu (no campo e na cidade) e continua sendo praticado nos dias atuais. Para concluir o estudo do universo político da Primeira República, ampliar a compreensão dos alunos sobre o controle do poder no período apresentando a versão formulada pela historiadora Cláudia Viscardi. Ela problematiza a ideia segundo a qual a aliança entre São Paulo e Minas Gerais permitiu às oligarquias desses dois estados o controle exclusivo do poder na Primeira República, contrapondo a ideia de “café com política” à de “política do café com leite”.

No aspecto econômico, sugere-se estimular os alunos a perceber que o aumento da produção de café acabou pressionando seus preços para baixo. Recomenda-se também uma reflexão sobre os preços das sacas de café entre 1893 e 1899, retomando e aplicando a lei da oferta e da procura trabalhada no 8º ano. Pode-se discutir suposições com os alunos sobre como os cafeicultores e o governo teriam lidado com esse problema. Talvez, alguns apontem para certo tipo de intervenção governamental ou para diversificação da produção. É importante valorizar as hipóteses levantadas pelos alunos para depois apresentar o Convênio de Taubaté, destacando o poder político dos cafeicultores que levaram o governo a utilizar o dinheiro público para comprar o excedente de café, evitando a queda do preço do produto.

Aproveitando a temática econômica, propõe-se abordar a exploração da borracha, do cacau e a diversificação da produção no Rio Grande do Sul. Recomenda-se atenção especial para o crescimento industrial, pois por muito tempo se defendeu que esse crescimento ocorreu, principalmente, por conta da Primeira Guerra Mundial. Estudos recentes, porém, apontam outros quatro fatores fundamentais.

Sobre as contestações e rebeliões ocorridas no período, recomenda-se destacar a repressão, por parte do governo, a Canudos e, especialmente, ao Contestado, já que a primeira ação da aviação militar brasileira foi contra os camponeses da região contestada. Pode-se também discutir o presente, perguntando: “As disputas por terra e moradia continuam gerando conflitos no Brasil?” “Como é a vida, hoje em dia, da população que vive no sertão?”. Para ampliar a discussão sobre as contestações, sugere-se a realização da **2ª sequência didática**.

Ao final do capítulo, estuda-se o modernismo. Para iniciar o desenvolvimento dessa temática, sugere-se perguntar aos alunos a respeito da identidade brasileira: “Quem somos nós?” “O que é ser brasileiro?”. Deste modo, introduz-se o questionamento posto pelos modernistas, que buscavam reelaborar as influências culturais vindas do exterior e valorizar a cultura nacional e popular.

A contestação ao domínio político das oligarquias, o movimento de 1930 e os primeiros 15 anos de Governo Vargas são o foco do **capítulo 3**. Para iniciar o trabalho com o tema recomenda-se perguntar aos alunos: “Vocês já ouviram falar em Getúlio Vargas?” “O que ouviram sobre ele?” “Vocês sabem como ele chegou à Presidência da República?”. Partindo das concepções prévias, retomar o estudo sobre a década de 1920, lembrando

aos alunos que as oligarquias faziam uso da violência e da corrupção para se manter no poder, gerando insatisfação social e revoltas no campo e na cidade. Explicar que essa insatisfação com as oligarquias foi encampada pelos militares e, a partir de 1922, teve início o movimento tenentista.

Sugere-se mostrar um mapa político do Brasil, indicando os 12 estados percorridos pela Coluna Prestes, que buscou pelo interior do país apoio do povo para a luta contra o governo. Pode-se reforçar que, apesar de ter permanecido invicta e ter divulgado suas críticas ao governo oligárquico, a Coluna Prestes não conseguiu o apoio popular pretendido.

Ressaltar que Getúlio Vargas assumiu o governo em um período em que o Brasil havia sido atingido pelos efeitos da Grande Depressão e por ideologias vindas da Europa, favorecendo a radicalização política, especialmente entre integralistas e aliancistas. Esses grupos políticos foram desmobilizados por Vargas ao longo do Governo Constitucional (aliancistas) e do Estado Novo (integralistas). Também é interessante destacar que Vargas não utilizou somente a violência para concentrar o poder em suas mãos, mas fez uso também da propaganda e de um conjunto de políticas públicas.

No tocante à propaganda, reforçar que, conforme Ângela de Castro Gomes, a propaganda varguista produziu o efeito esperado por seus produtores porque as promessas do presidente – como Getúlio era chamado mesmo durante o Estado Novo – eram palavras saturadas de uma dose considerável de realidade, ou seja, promessas que, ao menos em parte, tinham sido cumpridas. As falas do presidente nas principais datas cívicas ecoavam entre os trabalhadores e eram absorvidas por eles, porque tinham fundamento nas suas políticas públicas no campo da educação, da saúde e, principalmente, do trabalho.

Como recurso didático a ser explorado em sala de aula, sugere-se utilizar fontes audiovisuais ou sonoras que contenham os discursos de Vargas para a multidão, evidenciando o conceito de trabalhismo, que consistia em conceder benefícios aos trabalhadores e propagandear esses feitos, a fim de despertar nas pessoas sentimentos de gratidão e retribuição.

Sugere-se também retomar e detalhar a ideia de Ângela de Castro Gomes, segundo a qual o presidente e os trabalhadores estabeleciam uma espécie de contrato implícito. Nele, o presidente buscava o apoio político dos trabalhadores, e estes se aproveitavam da ocasião para manter e/ou ampliar seus direitos.

No campo da economia, ressaltar os fatores externos e internos da industrialização ocorrida no governo Vargas, quando as taxas de crescimento da indústria passam a superar as da agricultura. Um conceito importante para a compreensão da economia na Era Vargas é o de nacionalismo, citando como exemplo os investimentos do governo Vargas na montagem de grandes empresas, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Pode-se sugerir a visita ao *site* da companhia para o conhecimento do histórico, da missão e dos segmentos de atuação dessa empresa (ver seção **Fontes**).

O **capítulo 4** vem preencher uma lacuna no ensino de História: o trabalho com os movimentos sociais protagonizados por negros, mulheres e indígenas que, de alguma forma, pode ser relacionado à história da cidadania (ou da ausência dela) no Brasil da Primeira República.

A página de abertura do **capítulo 4** possui uma fotografia rara e com grande potencial pedagógico: as mulheres potiguares, que primeiro exerceram o direito de votar e serem votadas no Brasil. Esta constatação desloca a câmera da História para o Nordeste, onde isso ocorreu em 1927, cinco anos antes do Código Eleitoral de 1932 estender o direito de voto às mulheres. Vale a pena buscar elementos na história do Rio Grande do Norte que podem colaborar para elucidar este pioneirismo.

Em seguida, pode-se lembrar o processo que resultou na Abolição da escravidão e, para tanto, é válido questionar se o evento de 13 de maio foi uma concessão da família real ou uma conquista do movimento abolicionista combinada com a pressão internacional. Evidenciar que a campanha abolicionista foi a mais popular do Império e que o evento do dia 13 de maio foi festejado em diversas partes do Brasil, durante vários dias consecutivos.

A partir da leitura dos textos do livro do aluno, a turma terá subsídios para debater sobre a inserção dos negros na sociedade pós-Abolição. Este capítulo é convidativo a pesquisa em muitos momentos. Uma opção é dividir os alunos em grupos e pedir para pesquisarem sobre ativistas negros, como André Rebouças, José Correa Leite, Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, entre tantos outros. Atividades de pesquisa sobre essa temática são de suma importância, afinal, como afirma o antropólogo Kabengele Munanga, professor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo, em entrevista à BBC Brasil: “Parece que os negros não têm passado, presente e futuro no Brasil. Parece que sua história começou com a escravidão, sendo o antes e o depois dela propositalmente desconhecidos”.

No imediato pós-Abolição, os negros tiveram dificuldade de conseguir emprego e/ou terra, além de terem seus passos quase sempre vigiados pela polícia, conforme testemunham os jornais da imprensa negra nas décadas de 1910 e 1920. Além disso, era comum também os clubes barrarem a entrada de negros, por esse motivo eles promoviam bailes que ofereciam uma área de lazer destinada à comunidade negra. A imprensa negra atuou não só denunciando o racismo contra os negros, mas também opinando sobre assuntos que interessavam todos os brasileiros. Para auxiliar no desenvolvimento desses temas, sugere-se a realização da **3ª sequência didática**.

Recomenda-se perguntar aos alunos: “Quais marcas da presença africana na nossa cultura vocês podem citar?”. Detalhar com eles essas influências nos modos de vestir, na culinária, nos ritmos e danças, nas palavras e expressões, nas maneiras de andar, tocar, cantar, na arquitetura e nas múltiplas expressões de nossa religiosidade. E, a partir desse levantamento, conectar essas marcas à participação decisiva da população negra na construção do Brasil.

Em seguida, o capítulo aborda a mudança na visão do senso comum quanto aos indígenas durante o início do período republicano. Durante o século XIX, o romantismo elevou o indígena como um herói. Porém, com a República houve a escolha de novos heróis. Aconselha-se lembrar com os alunos a análise da obra **A pátria**, de Pedro Bruno, sugerida no **capítulo 1**. Nela, ao fundo do quadro, aparece uma representação de Tiradentes ao lado de um retrato do marechal Deodoro da Fonseca, permitindo questionar aos alunos se, com o advento da República, a figura do indígena manteve a mesma importância. Vale informá-los que neste momento os bandeirantes, caçadores de índios, passaram a ser vistos como homens corajosos, responsáveis pela grandeza do Brasil.

Sugere-se também realizar um histórico sobre as políticas indigenistas, da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) até os anos 1940.

Para introduzir o trabalho com o movimento feminista, sugere-se assistir com os alunos ao filme **As Sufragistas**, ele retrata a primeira onda do movimento feminista, na qual as mulheres lutaram pelo direito ao voto. Como no texto do capítulo são abordadas a primeira e a segunda onda feministas, uma opção é expor aos alunos as principais características das três fases ou pedir a eles que pesquisem sobre elas, ou sobre as principais teóricas do assunto, como Betty Friedan, Simone de Beauvoir e Joan Scott.



Atividades recorrentes

A **Base Nacional Comum Curricular** tem entre seus principais objetivos para o componente curricular de História estimular a autonomia de pensamento. Para isso, sugere como competências específicas a serem desenvolvidas aquelas que envolvam o reconhecimento de diferentes sujeitos, condutas, histórias, modos de agir e pensar, estimulando o pensamento crítico, possibilitando aos alunos perceberem que as regras sociais são fruto de uma construção cultural e, portanto, os indivíduos se comportam de acordo com o lugar e a época nos quais vivem.

Também é fundamental partir de questões do tempo presente que, além de ajudar a perceber o processo de construção cultural, dão sentido ao estudo da História. Como afirma a BNCC: “O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual”.

Para contemplar estas competências, além de ter e estimular uma postura interrogativa em todos os momentos da aula, pode-se partir de notícias da atualidade, por exemplo, casos de racismo ou feminicídio e convidar os alunos a buscarem suas origens ou manifestações em fontes do período estudado, estimulando-os a assumirem uma “atitude historiadora”.



Avaliação e acompanhamento

A avaliação das aprendizagens precisa ser contínua e diversificada, considerando a oralidade, a produção textual, a interpretação de diferentes tipos de fontes, entre outras. Também é importante analisar e valorizar o desempenho individual do aluno comparando-o somente a ele mesmo, sendo necessário prestar atenção no seu desempenho em relação à turma para proporcionar o atendimento mais apropriado a cada aluno.

É interessante realizar uma avaliação coletiva do trabalho desenvolvido, em que os alunos tenham a oportunidade de falar sobre o que mais lhes agradou, desagradou e poderia ser melhorado.



Habilidades essenciais para a continuidade dos estudos

(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil.

(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.

(EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.

(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e seus impactos na região em que vive.

(EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade).

(EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes.

(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

(EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

Todas as habilidades são essenciais para a continuidade dos estudos porque tratam da compreensão do que foi o início da República no Brasil, nas suas várias dimensões, o que é essencial para o entendimento dos caminhos percorridos pela política nacional até o presente. Além disso, muitas questões sociais que estão em pauta no Brasil do século XXI, estão diretamente relacionadas à Primeira República e ao governo Vargas.



Fontes

Livros

ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. **O olhar de quem faz**: o paulistismo sob a óptica do operariado paulista durante a Revolução Constitucionalista de 1932. (Dissertação) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BERTONHA, João Fábio. **Fascismo, nazismo, integralismo**. São Paulo: Ática, 2001.

BRANDÃO, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (Dir.). **Dicionário de história do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. V. 1 e 2.

CARONE, Edgard. **A República Velha**: evolução política. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CAPELATO, Maria H. R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria, trabalho e cotidiano**: Brasil 1889 a 1930. São Paulo: Atual, 1991.

FRAGA, Walter; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história da cultura afro-brasileira**. São Paulo: Moderna, 2009.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2017.

MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Maria Izilda Santos de. **Gênero e imigração**: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX). São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. **Vozes ancestrais**: dez contos indígenas. São Paulo: FTD, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2016.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem**: o florianismo e a Construção da República. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

SOIBET, Rachel; PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

VILLA, Marco Antonio. **Canudos**: o povo da terra. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

Sites

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Repositório Digital. Jornais e revistas. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/jornais_revistas>. Acesso em: 20 nov. 2018. Acervo digitalizado de periódicos paulistas.

BRASIL. Ministério da Educação. **Machado de Assis**: vida e obra. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL. Disponível em: <http://www.csn.com.br/default_pti.asp?idioma=0&conta=45>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Artigos

GOMES, Ângela de Castro. A última cartada. **Revista Nossa História**, ano 1, n. 10, ago. 2004.

MODELLI, Laís. Negros e negras brasileiros que deveriam ser mais estudados nas escolas. **BBC Brasil**, 19 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42033622>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

TADDEI, A. M. S. M. Notas sobre a obra A Pátria (1919), de Pedro Bruno. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15666/17240>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Vídeos

HERÓIS de todo mundo. **A Cor da Cultura**, 2010. Disponíveis em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/episodios>>. Acessos em: 20 nov. 2018. Vídeos sobre a biografia de diversas personalidades negras da História do Brasil.

Filmes

AS SUFRAGISTAS. Direção: Sarah Gavron. 106 min. 2015.

OLGA. Direção: Jayme Monjardim. 141 min. 2004.